



4363 - Trabalho Completo - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd (2018)  
GT05 - Estado e Política Educacional

**CONDIÇÕES DE TRABALHO NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM MUNICÍPIOS DO SUL DA BAHIA: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES**  
Emília Peixoto Vieira - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ  
Elioenai Santos de Santana Farias - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ  
Agência e/ou Instituição Financiadora: UESC; CNPQ; FAPESB

A presente pesquisa em curso analisa as condições de trabalho das docentes da educação infantil de 27 municípios do Sul da Bahia. É uma pesquisa inserida na pesquisa intitulada "Gestão Escolar e o Trabalho Docente na Educação Infantil no Sul da Bahia: desafios e perspectivas", desenvolvida pelo grupo de pesquisa Políticas Públicas e Gestão Educacional/PPEGE/UESC. O estudo analisa as políticas educativas que alteraram a organização da gestão escolar e do trabalho docente na educação infantil, a partir dos anos finais do século XX; o perfil dos professores da educação infantil que atuam nas redes públicas investigadas; e como as docentes da educação infantil interpretam as políticas educativas nos âmbitos da autonomia pedagógica e das condições de trabalho. O presente texto examina como as docentes, que atuam na educação infantil nos municípios estudados, analisam as suas condições de trabalho. Para atingir este objetivo, discute, inicialmente, o trabalho docente e as condições objetivas e subjetivas do trabalho. Em seguida, analisa as condições e as percepções destas docentes acerca de suas condições de trabalho e as considerações finais.

**Palavras-chave:** Educação Infantil; Trabalho docente; Política Pública Educacional.

## **CONDIÇÕES DE TRABALHO NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM MUNICÍPIOS DO SUL DA BAHIA: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES**

### **1. Introdução**

Este estudo em curso analisa as condições de trabalho das docentes em exercício na Educação Infantil no contexto de reforma da educação brasileira, em que esse nível torna-se a primeira etapa da educação básica com a publicação da CF de 1988 e da LDB de 1996. Está inserida na pesquisa intitulada "Gestão Escolar e o Trabalho Docente na Educação Infantil no Sul da Bahia: desafios e perspectivas", desenvolvida pelo grupo de pesquisa Políticas Públicas e Gestão Educacional - PPEGE/UESC, realizada em 27 municípios do Sul da Bahia.

A pesquisa nesses 27 municípios procedeu em duas etapas, a primeira, solicitamos as secretarias de educação informações a respeito de: plano de carreira; diretrizes municipais de educação infantil; conselho municipal de educação; setor na secretaria de educação responsável pela EI; instituições públicas conveniadas, quantidade de escola infantil, separando creche e pré-escola, urbano e campo, e salas isoladas; quantidade de coordenador pedagógico; quantidade de diretores; quantidade de professores; quantidade de crianças atendidas; e quantidade de escolas e o porte. Essas informações foram coletadas previamente para conhecer os municípios.

Na segunda etapa, realizamos uma pesquisa com as professoras efetivas que exercem a função na educação infantil. Para o estudo, foi calculada a amostra sobre a população alvo, pelo número de estratificação dos profissionais da educação infantil dos 27 municípios. Para Gil (2008), com a amostragem não são pesquisados todos os integrantes da população estudada, contudo é possível ter uma representatividade dos sujeitos da pesquisa.

A pesquisa foi realizada em municípios que constituem o Território Litoral Sul do Estado da Bahia, que abrange uma área de 14.736,20 km<sup>2</sup> e é composto por 27 municipalidades. A população total do território, em 2016, era de 772.694 habitantes, dos quais 632.866 mil vivendo na zona urbana (81,9%) e 139.828 na área rural (18,10%). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio do território é 0,67, considerado baixo. Neste território, 25 municípios, quase a totalidade, participaram da investigação.

Os questionários foram aplicados (com perguntas abertas e fechadas) a 473 professoras efetivas atuantes no meio urbano e campo dos 25 municípios, e foram aplicados diretamente pela equipe de pesquisa nos meses finais do ano de 2016 e ano de 2017.

Para aplicação do questionário foi realizado contatos com os responsáveis de cada instituição infantil e as docentes foram convidadas a responder ao questionário. Um termo de consentimento livre e esclarecido com as informações da pesquisa e da participação foi apresentado a todas as docentes, cumprindo todos os requisitos previstos pelo comitê de ética. Na presença de um/a pesquisador/a, todas as dúvidas surgidas puderam ser tiradas e a qualquer momento, o participante esteve a vontade para desistir do preenchimento. Vale

lembrar que nenhum questionário foi respondido sem a presença do/a pesquisador/a.

98,9% das docentes que responderam o questionário são do sexo feminino e atuam, em sua grande maioria, em escolas situadas na zona urbana (88,3%). Em relação ao seu nível socioeconômico, 63,1% indicaram que a sua renda é a principal em sua família e 33,7% que consiste na segunda fonte de manutenção. Apenas 3,5% dos respondentes marcaram realizar outra função remunerada além do magistério. 96,6% assinalaram ter sido contratada por concurso público, informação positiva considerando a necessidade de um quadro de pessoal estável para a melhoria da qualidade de educação.

Em relação à formação, 395 docentes informaram possuir curso superior (84%), destes apenas dois informaram ter cursado o mestrado (0,4%) e 206 (43,8%) curso de especialização. Dos que não possuem formação superior, 34 afirmaram ter curso superior incompleto (7,2%), 32 possuir o curso de Magistério de nível médio (6,8%) e cinco docentes (1,1%) realizou apenas o ensino fundamental. Observa-se que 90% dos docentes possuem a formação requerida pelo artigo 62 da LDB (1996). No entanto, há esforços a serem realizados pelo Poder Público para a elevação da formação para os que, ainda, não cumpriram o requerido.

Para este texto, inicialmente discute reflexões a respeito das condições de trabalho docente no exercício da educação infantil; em seguida, analisa as condições e as percepções das docentes acerca dos materiais disponíveis para planejamento e realização do seu trabalho e as considerações finais.

## **2. Reflexões acerca das condições de trabalho docente na Educação Infantil**

Nos últimos cinco anos, o grupo de pesquisa Políticas Públicas e Gestão Educacional/PPEGE, da Universidade Estadual de Santa Cruz/UESC, tem se debruçado para estudar a política educacional e o trabalho docente na Educação Infantil.

Dos estudos no grupo, foram produzidas algumas dissertações, trabalhos de conclusão de curso, Iniciação Científica, e realizado um curso no projeto de extensão Fortalecimento e Articulação da Educação Infantil.

Os trabalhos produzidos estudam o conceito de trabalho e trabalho docente, ressaltando a especificidade que esta atividade possui, e que carrega, como objeto de trabalho, o conhecimento científico, filosófico e artístico, historicamente construído pela humanidade. Fundamentados no estudo de Gramsci, procura evidenciar que esse grupo de intelectuais, vinculados a uma determinada classe social pode trabalhar a favor dessa classe, intencionalmente ou não. O vínculo do intelectual não é, portanto, sua origem social, mas o caráter orgânico que ele desempenha na sociedade (GRAMSCI, 1978).

Os estudos destacam que o professor tem uma dupla responsabilidade no desempenho da função educativa: a produção do saber e sua disponibilidade à classe trabalhadora; e disponibilizar o acesso ao saber para luta pela transformação social (PARO, 1991).

Na medida em que, sem conhecimento objetivo da realidade, não se pode vê-la criticamente, o desenvolvimento de uma consciência crítica na escola deve levar em conta, preliminarmente, a própria valorização dos conhecimentos objetivos que se fazem presentes mesmo no currículo da escola capitalista (PARO, 1991, p. 119).

É aí que se destaca a especificidade do trabalho docente. O trabalho docente precisa ser compreendido como característica intrinsecamente humana, que se realiza em condições objetivas e subjetivas. Isso significa, segundo Vieira (2008, p. 162), que a realização do trabalho somente é possível levando em consideração essas condições. As condições objetivas são compreendidas como os instrumentos de trabalho, os meios utilizados pelos docentes para a objetivação de sua prática. As condições subjetivas são compreendidas como o sentido da atividade docente e do trabalho pedagógico na escola, a intencionalidade da ação educativa, autonomia docente e a produção do conhecimento como característica humana (2008, p. 163).

No contexto político e econômico que o Estado capitalista proporciona não possibilita a realização de uma educação comprometida com a transformação social, e nem poderíamos esperar isto, se tratando de uma sociedade estruturalmente desigual. Além disso, o Estado tem também produzido toda ordem de reducionismos e dificuldades no que se refere a dois aspectos, necessariamente interligados: a formação dos docentes (inicial e continuada) e a produção das condições objetivas e subjetivas em que se realiza o trabalho docente.

Em se tratando da Educação Infantil, a realidade, quanto a essas condições, ainda, em boa parte das escolas públicas brasileiras, e na região Sul da Bahia não é diferente, realizada em lugares improvisados e sem condições de uso por parte das crianças e das docentes já que funcionam em locais improvisados e de difícil acesso.

Como garantir a valorização docente (formação inicial e continuada; plano de carreira; salário) e condições de trabalho as professoras da Educação Infantil? Como analisar o trabalho docente na educação infantil na condição de intelectual na contemporaneidade, com essas condições atuais de trabalho? Como ser intelectual na educação infantil? São questões discutidas e analisadas pelo grupo de pesquisa.

## **2. Recursos e materiais para planejar e desenvolver as atividades pedagógicas a percepção das professoras da educação infantil**

As condições de trabalho, como vimos, influenciam a realização das atividades docentes. Para este texto, trouxemos alguns resultados da pesquisa para discutirmos as condições de trabalho docente. Dentre as questões do questionário acerca das condições objetivas de trabalho, elegemos algumas relacionadas aos recursos e materiais acessíveis no e fora do local de trabalho para planejar e desenvolver o trabalho pedagógico.

Em relação aos recursos acessíveis na instituição, as professoras poderiam indicar dentre uma lista de 12 itens quantas opções forem necessárias. Um dos itens, "outros" permitia acrescentar à lista proposta de outros recursos. Os resultados foram sintetizados no gráfico 1:

Gráfico 1- Recursos acessíveis na instituição para realização do trabalho

Em relação aos recursos, reprodução de documentos (impressora/copiadora) e recursos audiovisuais foram os mais citados. A internet e o computador, conforme o gráfico 1, ainda são ausentes em boa parte das instituições. O item "livros e periódicos" foi indicado por 65% das professoras. Isso tende a indicar que existem ainda Instituições de EI sem biblioteca e sem livros de literatura infantil. Também pode indicar que livros acadêmicos e revistas sobre esta etapa da educação não fazem parte dos recursos comumente acessíveis as Instituições de EI, para contribuir às atividades de estudos e planejamento do trabalho pedagógico.

Os jogos e brinquedos foram inseridos na lista dos recursos por meio do item "Outro". Como podemos ver no gráfico 1, poucas professoras os indicaram como recursos acessíveis na instituição. Isso é muito instigante, considerando que na EI esses materiais são fundamentais nas interações entre as crianças e na realização das atividades dos docentes.

Quanto à pergunta sobre a existência de uma sala ou de um espaço de apoio para organização das atividades pedagógicas, 67,0% das professoras responderam que não. A ausência desse espaço dificulta no cotidiano o desenvolvimento do trabalho coletivo para organizar e planejar as atividades na instituição, o que pode incentivar uma forma individual de trabalho em que o planejamento seria realizado em casa e não na instituição. Além disso, não é difícil encontrar instituição onde as professoras não têm sequer um espaço de convivência, de repouso, para almoçar, beber um copo de água, etc.

Além dos recursos disponíveis nas instituições, perguntas do questionário buscavam investigar sobre os recursos no domicílio das docentes. Podemos considerar que o computador e a internet fazem parte do cotidiano de uma grande maioria das professoras, pois 88,1% declararam possuir um computador e ter acesso à internet em seu domicílio. Neste aspecto, elas não parecem desatualizadas em comparação a outras camadas da sociedade, pois, no 4º Trimestre de 2016, constatou-se que nos domicílios particulares permanentes do País havia 45,3% microcomputador. Analisando por região (29,9% para a região Nordeste) e a internet é utilizada em 69,3% dos domicílios particulares permanentes do País (56,6% para a região Nordeste) (IGBE, 2016).

Uma grande maioria das professoras, 89,0 % declarou possuir material de apoio para a realização e/ou a planejamento de suas atividades docentes em sua residência. As respostas sobre os tipo de material foram sintetizadas no gráfico 2. Neste gráfico, a categoria "outro" agrupa os materiais menos citados como: Celular; material áudio visual (TV, som, projetor); materiais didáticos diversos (apostila, DVD, etc.); jogos e jogos pedagógicos; documentos legais, etc.

Gráfico 2- Material de apoio pedagógico em domicílio

A importância da internet é ressaltada pelas professoras (75,6%). No entanto, possuir o computador foi citado por apenas 12,3% delas, o que parece ter uma discordância com o dado sobre o acesso ao computador e à internet em casa, conforme descrito anteriormente, em que 88,1% declararam possuir um computador e ter acesso à internet em seu domicílio. É possível que o acesso a internet pelas professoras seja pelo celular, e, portanto, o computador uma ferramenta como de apoio (para escrever; utilizar Excel, conceber documentos e materiais pedagógicos, etc.).

Outro ponto relevante, é que o primeiro material de apoio pedagógico citado pelas professoras, com 75,8 % é o livro, destacando ainda mais a grande proporção de instituição (45,0%) em que os livros não fazem parte dos recursos oferecidos para planejar e desenvolver as atividades pedagógicas.

Quanto ao número de docente em cada sala de referência, destacamos que 61,1% responderam que trabalham em dupla. Identificamos em alguns municípios que a dupla é formada por uma auxiliar e uma professora, o que pode indicar que a professora exerce o papel de educar enquanto a auxiliar exerce a função de cuidar, separando o que de acordo com as DCNE/2010 não é possível, a indissociabilidade de cuidar e educar. O que é preocupante que 14,3% das professoras trabalham sozinhas para dar conta de toda a atividade necessária a essa etapa da educação.

### **Considerações finais**

O estudo aponta indicadores importantes para a compreensão de como ocorre o trabalho das docentes da educação infantil das redes públicas municipais situadas no Sul da Bahia. As instituições infantis, de acordo com as docentes, não apresentam espaço para a realização do planejamento, o que dificulta um trabalho coletivo e uso improvisado de espaço. Em relação aos materiais disponíveis, os brinquedos e jogos, não foram citados pela grande maioria das docentes, o que preocupa, considerando a importância desses recursos nas atividades com as crianças.

As dimensões apontadas, considerando que esta é uma pesquisa em andamento, vêm sendo analisadas tendo como referência a produção da área do trabalho docente e das políticas educacionais. Tais análises visam contribuir para uma melhor compreensão dos desafios que se apresentam a realização da atividade docente no país, considerando, as condições de trabalho a que são submetidas as professoras da educação infantil.

### **Referências**

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

PARO, Vitor. **Administração escolar**: introdução crítica. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

VIEIRA, E. P. Gramsci e suas contribuições para a compreensão do trabalho docente. **Trabalho & Educação**. vol.17, n. 1 – jan. / abr. – 2008. p. 153-165.